

LINGUAGEM, DISCURSO E TEXTO: REFLEXÕES TEÓRICAS

João Hilton Sayeg de Siqueira¹

RESUMO

Este artigo tem por tema um estudo especulativo sobre linguagem, discurso e texto, apoiado em vertentes teóricas que abordam, da linguagem, seu caráter sócio-interacional; do discurso, as implicações de gênero, de enunciado e de construção referencial; do texto, os princípios de coesão e de coerência textuais. As referências apoiam-se em autores considerados marcos conceituais de base para ponderações acadêmicas sobre os assuntos abordados. O procedimento metodológico adotado é o reflexivo.

PALAVRAS-CHAVE

Linguagem; Discurso; Texto; Teoria.

ABSTRACT

This article is subject speculative study on language, speech and text, supported by theoretical perspectives that address, language, socio-interactional character; speech, the implications of gender, statement and framework building; text, the principles of textual cohesion and coherence. References are supported by authors considered conceptual frameworks for academic base weights of the subjects covered. The adopted methodological procedure is reflective.

KEY WORDS

Language; Speech; Text; Theory.

¹ Programa de Estudos Pós-graduados em Língua Portuguesa - PUC/SP.

INTRODUÇÃO

O que mais se ouve professor observar das atividades de produção textual dos alunos é que eles não têm conteúdo, que desenvolvem o texto com base no senso comum. Que é uma geração sem conteúdo, sem palavras, que não gosta de escrever. Essa é a base a partir da qual passarei a estabelecer reflexões sobre linguagem, discurso, texto e ensino.

Não me parece que a situação do jovem, hoje, corresponda, de fato, às observações dos professores. Nunca se utilizou tanto a linguagem escrita como atualmente, com o avanço dos recursos tecnológicos de comunicação. Os jovens preferem enviar mensagens pelo MSN (Microsoft Service Network, portal de uma rede de serviços on-line oferecidos pela Microsoft) a conversarem face a face com os amigos. A comunicação on-line está cada vez mais presente em todos os setores da vida moderna, seja nas negociações comerciais seja nas redes sociais. Escreve-se, escreve-se, escreve-se. Até nas aulas já não é mais privilegiado o discurso oral do professor, mas sim os textos elaborados em PowerPoint, projetados em data show ou em lousas digitais.

Por que os adolescentes conseguem, ou até preferem, escrever tanto em seu aparelho eletrônico de mensagens e não se interessam em escrever textos nas aulas de redação? A resposta é simples, porque, nas redes sociais, como o próprio nome diz, ele se constitui como sujeito social. Para haver interação, para haver comunicação, é preciso se estabelecer o sujeito social. O sujeito precisa se estabelecer socialmente, pois só assim ele consegue produzir discurso e se constituir como sujeito de discurso. É preciso entender que o discurso produz e lê o texto. O sujeito precisa ser discursivamente constituído não só para produzir o texto, mas também para lê-lo. E o sujeito só se constitui discursivamente, se, antes, ele for um sujeito socialmente constituído. Não se pode esquecer que discurso é a linguagem como prática social. Para

se ter discurso é preciso que a linguagem seja investida de uma prática social.

Pela prática social, a linguagem se transforma em discurso e o sujeito social em sujeito de discurso e, aí, consegue produzir e ler texto. Na escola quer se ensinar, antes, a se produzir texto, sem considerar a formação do sujeito social e seu estabelecimento como sujeito de discurso. Primeiramente, é preciso saber elaborar discurso para poder atualizá-lo, linguisticamente, em texto. Se o sujeito não tem um caráter social e não se estabelece como sujeito de discurso, não vai produzir discurso e não terá, portanto, o que textualizar, uma vez que o texto é o tecido linguístico do discurso.

E não adianta simular situações: vamos elaborar um jornal em sala de aula, vamos escrever uma antologia poética, vamos organizar um livro de crônicas; se o aluno não se sentir um sujeito social, detentor de um conhecimento específico e necessário para a realização da tarefa. Convém, a priori, trabalhar com o aluno qual o papel social de um jornalista e de um jornal, da mesma forma do poeta e do cronista, para que ele possa entender o que vai fazer e para quê. Não adianta estímulo sem construção de conhecimento, e é isso o que o aluno espera, por isso se interessa tanto pelos trabalhos que elabora nas aulas de ciências, pois precisa de um apoio teórico, anterior, para processar a experiência. Não devemos subestimar a inteligência e a capacidade de nossos alunos, mas sim, e principalmente, estimulá-las e valorizá-las.

Linguagem

Todo ser vivo é dotado de um princípio de inteligência, não importa se pertence ao gênero vegetal ou animal. Uma árvore, na época do inverno, derruba suas folhas, porque é uma estação de pouca ou nenhuma chuva, portanto, ela precisa armazenar, o mais que pode, nutrientes na raiz, para se sustentar na época de estiagem e florescer na primavera, quando as chuvas voltam. É ter um princípio de inteligência para garantir a sobrevivência, não

só dela, mas da espécie. Os animais, mesma coisa, as formigas, já diz a fábula, armazenam no verão, para sobreviverem hibernadas no inverno. A diferença que sabemos, até agora, entre os vegetais e os animais é que estes possuem linguagem, às vezes mais rudimentar, outras, mais sofisticada. A girafa, embora pescoçada, como não emite nenhum som, pelo menos, até agora, captado por nossos medidores de decibéis, deve possuir uma linguagem bem simples, diferente da humana que é toda rebuscada de traços segmentais, dos sons, e suprasegmentais, das entonações.

A linguagem serve para designar e criar processos de interação. Assim, linguagem é qualquer forma, rudimentar ou sofisticada, sistematizada de designação e interação. Por mais rudimentar que seja, possui uma forma também rudimentar de sistematização, como dos porquinhos-da-índia que emitem sons baixos de satisfação para reunir o grupo e provocar sessões de carícia e felicidade, e sons curtos e altos para alertar e manifestar a insatisfação com a presença de um intruso. Já o ser humano utiliza a linguagem para se organizar em sociedade, isso se deve, principalmente, à região frontal do córtex cerebral (lobo frontal) responsável pela realização da atividade motora, da articulação da fala, do pensamento, do planejamento, da cognição e da memória. Alguns primatas têm o lobo frontal com a mesma dimensão da do ser humano, mas a dinâmica e o processamento neural ficam bem aquém. O ser humano utiliza 12% de sua potência cerebral, e os primatas apenas 2%.

Em decorrência dessa capacidade de processar com dinamismo a realização da atividade motora, da articulação da fala, do pensamento, do planejamento, da cognição e da memória, o ser humano consegue organizar uma estrutura social muito mais complexa que os outros animais. As abelhas vivem em sociedade, mas de estrutura bem simples e concisa, pois há apenas três espécies de organismos, diferenciados anatomicamente entre si para o desenvolvimento de determinadas funções: as abelhas operárias, fêmeas estéreis, encarregadas dos afazeres de manutenção

e sobrevivência da colmeia; a abelha rainha, única fêmea fértil, incumbida apenas da postura de ovos, quase mil por dia; e os zangões, machos responsáveis somente por fertilizar os ovos.

Discurso

Não importa qual o tipo de organização de uma sociedade, seja das abelhas, hierarquicamente estruturada a partir do poder exercido pelo feromônio produzido pela rainha, substância química que permite a sua comunicação com os habitantes da colmeia, que tem por objetivo estimular determinado comportamento, de alarme, de agregação, de contribuição na produção de alimentos, de defesa, de ataque, de acasalamento, e que mantém supremacia real, inibindo, inclusive, o desenvolvimento de ovários nas operárias. Na sociedade humana, a base para sua organização e sua manutenção é o discurso, é ele que atribui poder, não substâncias químicas produzidas por nosso organismo. Discurso, como instituinte e mantenedor de poder, é a utilização da linguagem como prática social. Toda vez que a linguagem é disposta como prática social, tem-se a produção de discurso (Cf. FAIRCLOUGH, 2001).

Gênero do discurso

A sociedade humana, como um conjunto de sistemas institucionais de emanção de poder, se organiza em esferas de atividades que se estabelecem a partir de um domínio discursivo, pois é preciso um instrumento de interação para haver organização. O domínio discursivo circula na esfera ou fora dela por meio de enunciados de relativa estabilidade, chamados gêneros do discurso. Os gêneros são as formas de atualização do domínio discursivo para ele se prestar aos interesses da esfera e também da sociedade que dela se serve (cf. BAKHTIN, 2010).

Assim, há uma esfera de atividade jornalística que se constitui a partir de um domínio discursivo jornalístico que circula na esfera e fora dela por meio dos gêneros jornalísticos: notícia, editorial, coluna, artigo, crônica, resenha, classificado. Há uma esfe-

ra de atividade jurídica, cujo domínio discursivo jurídico circula por meio dos gêneros jurídicos: petição inicial, contestação, reconvenção, apelação, sentença. Há uma esfera de atividade pedagógica, cujo domínio discursivo é o pedagógico e que circula por meio dos gêneros pedagógicos: projeto pedagógico, planejamento pedagógico, conteúdo programático, plano de aula, metodologia de ensino, estratégia, material didático, textos didáticos.

São muitas, variáveis e volúveis, as esferas de atividades humanas, dependem da época, das necessidades, das demandas, dos avanços tecnológicos. Não se pode, no entanto, dizer que a invenção ou o desenvolvimento de um novo aparelho gera uma esfera de atividade humana e um novo domínio discursivo. O rádio e a televisão são sistemas eletrônicos utilizados pela esfera do entretenimento, do jornalismo, da classe política, do mercado publicitário para divulgar produtos; o telefone, o telégrafo, o rádioamador, o computador são dispositivos utilizados pela esfera da intercomunicação para transmitir mensagens. Os instrumentos ou suportes de veiculação não se constituem em esfera ou em domínio discursivo.

Enunciado

Os gêneros são definidos como enunciados porque desencadeiam uma atitude responsiva no outro. Atitude responsiva corresponde a resposta. Quando uma expressão linguística (uma frase) goza de uma condição de verdade ao circular socialmente, isso quer dizer que desencadeou uma atitude responsiva. O fato de se reconhecer a condição de verdade já é uma resposta ao que foi dito. Reconhecer uma condição de verdade não significa concordar com o que foi dito. O simples ato de contestar o que foi dito demonstra que uma condição de verdade foi reconhecida. Quando alguém se diz ateu, considera que a existência de Deus goza de uma condição de verdade, embora ele não concorde com isso. Se a existência de Deus for radicalmente contestada, não se diz ateu (a negação de Deus), mas cético, a negação da condi-

ção de verdade da existência. Condição de verdade não significa verdadeiro, mas, grosso modo, verossímil, por não contrariar a verdade, por ser plausível. No caso do cético, não é nem plausível.

Acredita-se que a origem do universo se deu por uma explosão, o Big Bang, que espalhou massa e gases que formaram os diferentes corpos celestes que hoje são conhecidos. Não se sabe, com certeza, se foi assim mesmo que tudo aconteceu, mas se aceita essa hipótese, por ela não contrariar nenhuma verdade sobre a real origem do universo. É plausível? Sim. O mesmo acontece com o surgimento do homo sapiens. Tem-se o conhecimento exato do momento ou da forma como o primata se transformou em ser humano? Não, o que possibilita a geração de diversas hipóteses, que não contrariam nenhuma verdade, por não haver uma teoria definitiva sobre o assunto. Acabamos por aceitar todas e a desconfiar de cada uma, por não serem verdadeiras e sim plausíveis.

As coisas começam a existir quando alguém as diz. Georges Lemaître propôs a hipótese do Big Bang e ela passou a existir, a ser considerada e discutida pela comunidade científica. Há os que dizem que o universo não se formou por uma explosão e sim por uma expansão de massa e gases, daí o formato espiralado das galáxias; e que o universo, por essa sua origem, continua em expansão. As duas hipóteses são plausíveis, portanto, verossímeis e não verdadeiras, por continuarem sendo hipóteses e conviverem nos círculos de discussão da origem do universo.

Construção referencial

A linguagem é que cria as coisas no mundo. Para algo passar a existir, precisa ser dito por alguém. Eu vejo um cone de cor preta com um saco plástico azul em sua volta interna. Eu digo: Um cesto de lixo, vou jogar o papel. Um cone preto com um saco azul por dentro não é um cesto de lixo, eu disse que ele era e, daí, ele passa a sê-lo. Se outra pessoa diz que é um porta guarda-chuvas, ele passará a sê-lo. As duas versões são plausíveis, pois pode servir para por lixo ou para armazenar guarda-chuva. O referente

natural é um cone de cor preta com um saco de plástico azul na parte interna. Posso torná-lo referência no meu discurso, ao dizer que é um cesto de lixo ou um porta guarda-chuva. No discurso não se encontra o referente natural, mas uma construção referencial, ou seja, o que o referente vale para o sujeito do discurso no momento de enunciá-lo.

O referente é extradiscursivo, extratextual e extralinguístico, a enunciação dele no discurso é que o transforma em uma referenciação discursiva, em uma referenciação textual e em uma referenciação linguística, ou seja, o referente não faz parte do sentido discursivo, da significação textual e do significado linguístico. As referências são constituídas pela percepção-cognição do sujeito do discurso, portanto, não são as coisas em si mesmas, mas as coisas como são possíveis de ser conhecidas e entendidas pelo sujeito, objetos mentais e unidades culturais, e, nesse sentido, não são referentes e sim referências do e no discurso, que se estende para o domínio textual, que é o tecido linguístico do discurso. (Cf. BLIKSTEIN 1998; HOYOS-ANDRADE, 1985)

Pelo discurso policial é fácil entender como isso se dá. Um determinado indivíduo, um referente natural, pode ser designado por meliante ou bandido; por presunto ou cadáver; por indiciado ou responsável; por 121 ou homicida; por psico ou usuário de drogas; por 13 ou doido. O indivíduo passa a existir e a ser tratado pela forma como é designado. Essas são as construções referenciais na linguagem policial. O discurso é constituído a partir das construções referenciais estabelecidas pelo sujeito que o elabora. Retomando, o discurso não tem referente e sim referência, ou construção referencial.

A construção referencial se estabelece e progride por meio da referenciação, ou seja, pelos recursos utilizados pelo sujeito do discurso para fazer as representações da referência em seu discurso. Esses recursos são sempre designativos, isto é, como o sujeito designa a referência em seu discurso. As designações podem ser

nominais ou verbais. São nominais quando se designa a referência recortada em um só tempo: chuva = momento em que água cai das nuvens. São verbais quando a referência é recortada em dois ou mais tempos: chove = não chovia antes, mas agora chove, choveu = chovia antes, mas agora não chove mais; choverá = não chove agora, mas vai chover depois.

A designação da referência por meio da categoria do nome ou da categoria do verbo depende do tratamento (modo de discorrer sobre o assunto) e/ou da abordagem (ponto de vista sobre um assunto) que o sujeito está adotando em seu discurso. Falar sobre as condições meteorológicas e a quantidade de chuva que vai cair, ou caiu, é simplesmente um modo de discorrer sobre o assunto, um tratamento climático do assunto. Agora, falar que as tragédias provocadas pelas fortes chuvas decorrem do descaso governamental já é emitir um ponto de vista, é uma abordagem, tanto que as autoridades implicadas vão a público se defender. Se o tratamento é sobre os efeitos da chuva, as enchentes, os transtornos que ela provocou, a designação será nominal para chuva e verbal para as consequências, que indicarão o processo desencadeado. Se a abordagem é sobre o descaso da administração pública em relação às consequências das chuvas e das enchentes, tanto o descaso quanto as consequências terão designação verbal, são processos.

Quando o assunto tem um tratamento discursivo, geralmente, o texto que o manifesta é expositivo; quando tem uma abordagem, o texto que o manifesta é argumentativo. O texto é expositivo quando o assunto tratado por ele é consensual, isto é, todos estão de acordo, aí não há necessidade de se levantar argumento pró, argumento contra, bastam explicações sobre o tratamento dado por meio de afirmações, constatação, descrições ou relatos. O texto é argumentativo quando o assunto abordado por ele é polêmico, gera discussões, discórdias, protesto, daí sim precisa de um levantamento cuidadoso de argumentos prós, argumen-

tos contras, para se defender o ponto de vista adotado. Portanto, os textos são, em sua essência, expositivos ou argumentativos.

A mulher, desde o Gênesis, sempre foi uma figura fascinante e polêmica. São vários os enfoques discursivos sobre a mulher, ora consensuais, ora polêmicos. Um tratamento consensual sobre a mulher é encontrado em um texto do tipo: Ao se referir ao ser humano do sexo feminino, podem-se usar os termos menina, moça e mulher: menina, da fase do nascimento até a mudança biológica provocada pela menstruação; moça, da passagem para a adolescência até a primeira experiência sexual, a partir do que, culturalmente, passa a ser designada por mulher, o que, no entanto, pode também decorrer de critérios biológicos e/ou sócio-econômicos. O texto não é polêmico, apenas expõe as três fases da vida de um ser humano do sexo feminino, é expositivo e explica o porquê da designação em cada fase.

O texto que segue, ao contrário, apresenta uma abordagem polêmica sobre a mulher, por isso arrola argumentos: A partir da década de 1970, sedimentou-se um movimento iniciado no final do século XIX, conhecido como movimento feminista, que trazia, no bojo de suas reivindicações, a contestação do uso da palavra menina associada a uma função sócio-econômica que a mulher desempenhava: menina de escritório, menina da cobrança, menina do caixa; levantando a alegação de que agregava um valor pejorativo ao trabalho da mulher, pois classificava-o como menos significativo e menos valorizado do que o do homem, em quem ela deveria se espelhar para obter melhores resultados profissionais. Os argumentos indicam os motivos da contestação.

Referenciação e genericidade

Ser expositivo ou ser argumentativo não constitui gênero do discurso. Os diferentes gêneros do domínio discursivo de uma esfera de atividade humana apresentam formas diversas de referenciação, em decorrência do tratamento e/ou da abordagem que dão ao assunto enfocado, predominando, aí, as designações nomi-

nais ou as verbais. No discurso jornalístico, na notícia prevalece a designação verbal, pois narra um fato; no editorial, a designação nominal, pois elabora avaliações. No discurso médico, na descrição dos sintomas de uma doença predomina a designação verbal, pois descreve o processo; na prescrição dos remédios também, pois indica os procedimentos que o paciente deve ter durante o tratamento; já a bula de remédio, além de indicar o processo dos procedimentos para uma medicação correta, faz a descrição da composição química do medicamento, têm-se, respectivamente, designações verbais e nominais.

Os gêneros se desenvolvem em torno de um conteúdo temático, um tema, que pode ser um acontecimento social, político, econômico, esportivo. Um tema social pode ser tratado e/ou abordado por meio de um domínio discursivo jornalístico, jurídico, filosófico, acadêmico, sanitário. Disso resultaria, respectivamente, crônica, processo, teoria, tese, medidas preventivas. Pela maneira como o assunto é examinado, tem-se um gênero jornalístico crônica, um gênero jurídico processo, um gênero filosófico teoria, um gênero acadêmico tese, um gênero sanitário medida preventiva.

Cada gênero tem uma construção composicional própria. A crônica é um texto que narra um fato cotidiano, o que poderia confundir-la com a notícia, só que a sequenciação cronológica das etapas do ocorrido é intermediada por considerações subjetivas do autor – críticas, humorísticas, poéticas – o que não ocorre na notícia. O processo tem, grosso modo, uma estruturação que contém uma petição inicial, que desencadeia a ação jurídica por meio de uma acusação; uma contestação, que é um ato de defesa do acusado; uma sentença do juiz que condena ou absolve o réu. Uma teoria apresenta o objeto de estudo, sua contemplação, especulação sobre ele, análise dele, demonstração dos resultados da análise e conceituação. Uma tese se organiza por ter um tema de estudo, uma proposta metodológica para explorar a análise do tema, apoio teórico, objeto de estudo, categorias de análise, resul-

tados da análise, conclusão e referências bibliográficas. Uma medida preventiva expõe uma doença, suas causas, seus sintomas, a prevenção e o tratamento.

Para a identificação de um gênero é preciso analisá-lo quanto ao conteúdo temático e à construção composicional. Crônica, processo, teoria, tese e medidas preventivas serão assim reconhecidos pela construção composicional que lhes dão expansão. A expansão de um discurso se dá por meio de um recurso textual, ou seja, a expansão textual do discurso se dá por meio de sua construção composicional que é culturalmente estabelecida. As formas de organização dos gêneros citados acima decorrem de peculiaridades histórico-culturais do Ocidente. O registro cronológico de fatos, a crônica, vem da Grécia e recebe esse nome por causa de Cronos, deus do tempo. A organização do processo tem suas bases na normatização do Direito Romano. Os princípios de sistematização metodológica de um estudo vêm de Descarte.

Texto

O discurso tem uma construção referencial, da qual decorre o conteúdo temático do gênero que, por sua vez, tem uma construção composicional que se expande no e pelo texto. O texto é a ocorrência linguística do discurso. Essa ocorrência linguística registra a seleção de recursos lexicais e gramaticais da língua feita pelo sujeito do discurso no momento de enunciar o gênero. O texto manifesta o estilo verbal de cada enunciador no momento de atualizar um enunciado de relativa estabilidade. Esse é o momento da textualização que ocorre por meio de reiterações léxico-gramaticais, é essa recursividade, processo de repetição, que garante a unidade textual e que é designada por coesão textual (Cf. HALLIDAY & HASAN, 1976).

Coesão textual

A recursividade garante a unidade textual porque retoma, em cada etapa da expansão composicional do texto, o conteúdo

temático. O conteúdo temático pode ser designado por um substantivo ou por um verbo. Se por um substantivo, a base textual é nominal, o que acontece na maioria dos textos. Se por um verbo, a base textual é verbal, o que não acontece com muita frequência, pois, dificilmente, se fala sobre uma ação. Um texto com base nominal pode ser: A saída foi tranquila, todos estavam calmos e satisfeitos com os resultados da reunião, os dados apresentados corresponderam às expectativas. Mesmo os verbos correspondem mais a uma condição de estado do que de ação. Em compensação, pode-se ter uma situação de saída com outra configuração, o texto com base verbal: Todos se levantaram e começaram a sair; era um empurrando o outro, num corre-corre danado; esbarravam nas cadeiras que caíam uma a uma, pois não viam a hora de alcançar a rua e se livrarem do problema. Os verbos é que marcam a expansão e a dinâmica do texto.

As retomadas constroem os elos coesivos que podem ocorrer, por anáfora, com mais frequência, e, às vezes, por catáfora. Se por anáfora, primeiramente é enunciada a designação (mãe), que é retomada por recursos léxico-gramaticais (ela): Minha mãe sempre fala a mesma coisa, ela é assim = mãe > ela. Se por catáfora, é o contrário, primeiro vem o recurso léxico-gramatical (ela), depois a designação (mãe): Ela é assim, minha mãe sempre fala a mesma coisa = ela > mãe.

Os recursos lexicais podem se dar por sinonímia, antonímia, hiperonímia, hiponímia, holonímia, meronímia, antonomásia, designação genérica e elipse. Sinônimo é uma palavra que corresponde à outra pela aproximação significativa: casa e moradia (nenhum sinônimo é perfeito). Antônimo é uma palavra com significado contrário à outra: céu e inferno. Hiperônimo e hipônimo dizem respeito à relação continente e conteúdo, respectivamente: mobília (é o que contém todas as peças do mobiliário = hiperônimo) e mesa (está contida no mobiliário = hipônimo). Holônimo e merônimo correspondem à relação todo e parte, respectivamente: mão (é o todo = holônimo) e dedo (é uma das partes da mão =

merônimo). Antonomásia é a substituição de um nome por outro nome ou expressão que lembre uma característica: O Clube Atlético Mineiro saiu-se bem no campeonato, o Galo fez uma boa campanha = Clube Atlético Mineiro > Galo; Santos Dumont não inventou só o avião, o Pai da Aviação inventou também o relógio de pulso = Santos Dumont > Pai da Aviação. Designação genérica é a utilização de uma palavra como sinônima de outra, sem sê-la, nem por aproximação: Esse “negócio” que você escreveu na prova = essa “resposta” que você escreveu; Essa “coisa” que você me deu = esse “presente” que você me deu. Elipse ou elisão ou forma elidida é a omissão de uma palavra subentendida: Este campeonato está mais disputado que o [] anterior = [campeonato].

Os recursos gramaticais ocorrem a partir do emprego de artigo: São fitas coloridas, a vermelha representa a paixão, a branca a paz e a verde a esperança = fita(s) > a; pronome: Maria e Joana vieram de ônibus, elas têm medo de avião, embora este seja um meio de transporte mais seguro que aquele = Maria e Joana > elas, avião > este, ônibus > aquele; adjetivo: José quis levar vantagem na corrida, espertalhão, queimou a largada = José > espertalhão; advérbio: Esta é a sua escola neste ano, aqui você vai passar a maior parte do tempo, hoje e nos próximos meses = escola > aqui, neste ano > tempo > agora (próximos meses é expressão adverbial); e expressão adverbial: Hoje eu estabeleci regras, de agora em diante, todos os moradores da casa têm de neste local permanecer até segunda ordem = hoje > de agora em diante, casa > neste local; conjunção: Ele ficou decepcionado porque foi despedido = ficou decepcionado > porque (indica a causa: a causa de ficar decepcionado foi ser despedido); numeral: Pedro e Paulo ficaram de castigo, ambos não fizeram a lição, o primeiro aceitou bem, o segundo ficou chateado = Pedro e Paulo > ambos, Pedro > primeiro, Paulo > segundo; além das retomadas pela concordância, por meio das flexões nominais, de gênero e número: Vieram um menino e duas meninas = um menino / duas meninas, e das verbais, de pessoa e número: A menina bonita chegou / as meninas bonitas chegaram = chegou / chegaram.

Coerência textual

Pela coesão textual faz-se a expansão do texto, garantindo-lhe a unidade em cada etapa de seu desenvolvimento e estabelecendo relações ordenadas na sucessão de palavras, de frases, de períodos, de parágrafos e de seqüências de parágrafos dentro do texto. A ordenação deve seguir uma ordem lógico-semântica, que significa que entre as partes constitutivas do texto, da mais simples à mais complexa, não pode haver relações contraditórias. A natureza do texto é lógico-semântica, ou seja, cada unidade textual é uma unidade de significação ordenada logicamente com as outras unidades, de tal forma que possibilite a identificação do pressuposto que garante uma condição de verdade e a produção de inferências que constroem os efeitos de sentido (Cf. CHAROLLES, 1988).

A natureza lógico-semântica do texto é que lhe garante a coerência, isto é, um texto é coerente quando não há entre as unidades, da mais simples à mais complexa que o constituem, nenhuma relação de contradição. A coerência é estabelecida conjuntamente a partir de um ponto de vista local e de um global. Do ponto de vista local, a coerência é classificada como proposicional, isto é, toda expressão linguística, com diferentes níveis de complexidade, designa e mantém a referência discursiva no desenvolvimento textual, garantindo sua expansão, sem relações contraditórias em cada fase de relação e de ampliação das etapas enunciativas da referência. Essas etapas enunciativas são os tratamentos ou as abordagens dados à referência em sua expansão textual. Cada etapa constitui uma proposição, ou seja, cada etapa se constitui numa retomada das informações dadas para uma complementação, uma expansão. O importante é que entre elas, nesse movimento de ir e vir, não seja criada nenhuma contradição. Se houver contradição, uma proposição coloca em dúvida a condição de verdade da outra.

Uma notícia tem por manchete: *Pane no motor* = pelas relações estabelecidas entre as unidades linguísticas, trata-se de um

veículo de transporte, motorizado, com um problema mecânico. E a notícia continua, com a apresentação do lide: No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, na manhã de hoje, uma aeronave abortou a decolagem por problemas em uma das turbinas = tem-se, entre a manchete e o lide, uma meronímia, uma vez que turbina é uma parte de propulsão do motor; a pane é o problema apresentado num veículo de transporte, no caso, um avião (ou aeronave). Entre a manchete e o lide não ocorre relação de contradição, uma proposição válida a outra, ou seja, sustenta sua condição de verdade. E o texto continua: O avião seguiu sua rota normal e chegou ao aeroporto de Congonhas, em São Paulo, na hora prevista para o pouso = uma contradição é estabelecida, pois, se o avião teve uma pane em decorrência de um problema em uma das turbinas, o que levou o piloto a abortar a decolagem, não pode, portanto, ter seguido viagem normalmente. Esta proposição coloca em xeque a condição de verdade das duas anteriores; ou as duas anteriores é que a colocam em xeque. A coerência local, presente no texto, está comprometida.

Do ponto de vista global, a coerência é classificada como pressuposicional, inferencial e representacional do mundo. A coerência pressuposicional se dá em decorrência do enunciado, posto no texto, gozar de uma condição de verdade; isso acontece porque seu pressuposto, que dá sustentação ao posto, não foi negado ou invalidado: A rainha da Inglaterra tornou-se bisavó = para esse enunciado gozar de uma condição de verdade, antes (pré) a Inglaterra precisa ser uma monarquia, e o é, portanto o pressuposto não é negado, não há contradição entre o posto e o pressuposto. Agora, em: o rei do Brasil é careca = para o enunciado gozar de uma condição de verdade, o Brasil precisa, antes (pré), ser uma monarquia, o que não o é, portanto há uma contradição entre o posto e o pressuposto, uma vez que o pressuposto nega o posto. Se o enunciado fosse: o rei do Brasil é negro = aí seria possível uma condição de verdade se o pressuposto estabelecido for: Pelé, rei do futebol; o que quebraria uma relação contraditória entre o posto e o pressuposto.

A coerência inferencial, ao contrário das duas anteriores, pode gozar de contradições, uma vez que a inferência possibilita ao leitor atribuir sentidos, independentemente da relação estabelecida ter uma lógica. Nesse caso, não há, propriamente, texto incoerente. No texto: No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, na manhã de hoje, uma aeronave abortou a decolagem por problemas em uma das turbinas; o leitor pode deduzir: o piloto deve ser um barbeiro. Em primeiro lugar, a falha noticiada é mecânica e não humana; em segundo, piloto não é barbeiro, pois barbeiro é uma expressão usada, no Brasil, para motorista que dirige mal e despreza as regras de trânsito. Como piloto não é motorista, não cabe a ele tal avaliação, mas, para o leitor, essa inferência faz sentido e, assim, ele interpreta a notícia. Portanto, para ele, a inferência feita é possível.

A inferência deriva de uma operação mental por meio da qual o leitor elabora uma proposição com base em uma ou mais proposições identificadas no texto. A proposição inferida pode decorrer de uma informação implícita ou de uma dedução arbitrária do leitor. Em: Maria foi ao médico; pode-se inferir que ela está doente, pois é o que se deduz do implícito ou pode-se inferir que ela é esposa do médico, o que é totalmente arbitrário, pois não tem como identificar tal informação no texto. Médico está relacionado com doença, tratamento, mas não com casamento. Qualquer informação que o leitor adiciona ao texto é uma inferência que, pela viabilidade de ocorrer em momentos diferentes da leitura, pode ser de muitos tipos, pois, para elaborá-la, o leitor se baseia em dados do texto, resgata elementos do seu conhecimento prévio, apoia-se na situação comunicativa e, com base nesses, faz análise, síntese, dedução, analogia, solução de problemas, generalização, complementação e outras operações necessárias para que ele compreenda o texto, dentro de suas possibilidades.

Por meio da inferência, o leitor constrói proposições novas a partir de informações que ele encontrou no texto, e ela pode ser classificada em imediata ou mediata. Do primeiro tipo, é a

inferência extraída de uma só proposição: Maria foi ao médico = médico > doença. Do segundo tipo, consiste numa conclusão obtida a partir de duas ou mais proposições: O avião teve problema na turbina = problema + turbina > pane. A inferência imediata, geralmente, é do tipo elaborativo, ou seja, a inferência não é necessária para estabelecer coerência ao texto, serve simplesmente para explicitar ou enriquecer alguma informação textual: Pedro ganhou uma medalha = Pedro é um atleta ou Pedro participou de uma competição. Já a inferência mediata é do tipo conectivo, aquela feita para estabelecer coerência entre diferentes partes do texto: Pedro ganhou uma medalha, ele sempre foi bem em matemática = ganhar medalha + matemática > competição entre estudantes sobre um determinado conteúdo; se essa inferência não for feita, não será estabelecida relação entre as duas proposições (medalha e matemática), comprometendo a coerência do texto.

A coerência representacional do mundo é decorrente da representação que o leitor consegue fazer do mundo de referência que o texto manifesta. A partir do texto: Pane no motor / No aeroporto da Pampulha, em Belo Horizonte, na manhã de hoje, uma aeronave abortou a decolagem por problemas em uma das turbinas; o leitor infere: Uma mulher em pânico deu entrada no hospital da Pampulha, em Belo Horizonte, com risco de aborto, esperando vaga para ser transferida para o hospital da aeronáutica de Lagoa Santa. Avalia-se, a partir dessa inferência, que o leitor desconhece os termos pane, aeronave, abortar decolagem. Assim, relaciona pane a pânico, é a palavra mais próxima que conhece e que consegue entender; aeronave não relaciona com avião e sim com aeronáutica, o que é reforçado por aeroporto, pois têm a mesma partícula: aero; aborto restringe à interrupção, espontânea ou provocada, da gravidez, sem conseguir alcançar um significado mais geral de interrupção de qualquer processo que se inicia; o que se pode relacionar a aborto de gravidez na Pampulha é o hospital lá existente; e, a hospital da aeronáutica, o de Lagoa Santa. Pronto, o entendimento foi estabelecido. Aqui entende-se

bem a acepção de que a inferência decorre das informações que o leitor adiciona ao texto. No caso, pela recuperação dos conhecimentos armazenados, o leitor constrói informações que o ajudam a entender o texto, mesmo que por vias tortas mas que para ele é coerente.

Considerações Finais

Ensinar a produzir texto é uma tarefa prazerosa e recompensadora. Para tanto, convém não subestimar a potencialidade de aprendizagem do aluno. É um processo paulatino, moroso, que se inicia na educação infantil e termina na escola, nos cursos de pós-graduação, porque, de verdade, nunca se deixa de aprender. São 14 anos que o aluno frequenta a escola, numa média de 5 a 6 horas diárias. É uma vida! Portanto, não é preciso querer ensinar tudo em uma semana, nessa ansiedade louca.

Aos poucos, vai-se construindo a consciência, no aluno, de que ele é um ser de linguagem que se insere em atividades sociais de interação, utilizando-se da(s) linguagem(ns) que domina. Por se inserir em atividades sociais, ele é um sujeito social e, por utilizar a linguagem como instrumento em suas práticas sociais, passa a instituí-la como discurso, tornando-se um sujeito de discurso que é capaz de produzir e de ler textos. Lembrando: tem-se 14 anos para fazer isso!

Bibliografia

- BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. 5 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.
- BENVENISTE, E. Problemas de linguística geral 1. 5 ed. Campinas: Pontes, 2008.
- BLIKSTEIN, I.—Kaspar Hauser ou a fabricação da realidade. São Paulo, Cultrix-Edusp, 1998.
- CHAROLLES, M. Introdução aos problemas da coerência dos textos. In Galves et al (org.) O texto: leitura e escrita. Campinas: Pontes, 1988.

- COOK, A. E.; LIMBER, J. E.; O'BRIEN, E. J. Situation-based context and the availability of predictive inferences. *Journal of Memory and Language*, n. 44, p. 220-234, 2001.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Brasília: UnB, 2001.
- HALLIDAY, M.; HASAN, R. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
- HOYOS-ANDRADE, R. Resenhas. *Revista Alfa*, São Paulo, 29, 1985, p.131-139.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 5 ed. Campinas: UNICAMP, 2014.